



ACÓRDÃO Nº 298/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11072/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - IMTTI.
- 4- **Advogados:** Não possui.
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Responsável:** Sr. João Máximo Pereira de Castro, Diretor-Presidente à época.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1677/2018-MPC/JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 385/386).
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - IMTTI. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Prazo. Determinações. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual do Instituto de Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba, referente ao exercício financeiro de 2016, de responsabilidade do Diretor-presidente, **Sr. João Máximo Pereira de Castro**, conforme o art. 22, inciso III, alínea "b" da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;
- 10.2- **Aplicar Multa** ao **Sr. João Máximo Pereira de Castro**, Diretor – Presidente do Instituto, exercício de 2016, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no valor de **R\$ 9.000,00** (nove mil reais) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas nessa instrução (itens 24, 27 e 28). O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.3- **Determinar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento das multas aplicadas ao Sr. João Máximo Pereira de Castro, no montante total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), ao Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 169, I, do RITCE (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173, do



ACÓRDÃO Nº 298/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

RITCE;

10.4- Determinar ao Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba – IMTTI:

10.4.1- Que adote as providências cabíveis quanto ao cumprimento dos artigos 31 e 74, da CF/88 e art. 76, da Lei nº 4.320/64;

10.4.2- Que cumpra o disposto no art. 94 e 96 da Lei nº 4.320/64;

10.4.3- Que cumpra as exigências da Lei nº 8.666/93;

10.4.4- Em atenção aos itens 24 e 25 da Fundamentação, normalize a situação da conta, comprovando documentalmente a regularização contábil, sob pena de multa

10.5- Dar ciência ao interessado, **Sr. João Máximo Pereira de Castro**, com cópias do Relatório/Voto e deste Acórdão para ciência do decisório, para querendo, apresentar o devido recurso.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente em exercício), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente em exercício

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral